



# PARANAÍBA RIBEIRÃOZINHO

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47

Demonstrações  
**FINANCEIRAS 2018**

www.stategrid.com.br

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
A Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2018.

#### 1) A COMPANHIA

A Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### 2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

|                           |       |
|---------------------------|-------|
| Extensão de linhas em km: | 1.005 |
| Tensão em kV:             | 500   |
| Subestações:              | 4     |

#### 3) DESEMPENHO FINANCEIRO

##### 3.1) Desempenho econômico-financeiro

|  | 2018          | 2017         |
|--|---------------|--------------|
| • Liquidez geral                               | 1,65          | 5,16         |
| • Liquidez corrente                            | 1,43          | 0,02         |
| • Relação patrimônio líquido/ativo             | 39,51%        | 80,62%       |
| • Relação passivo não circulante/ativo         | 40,21%        | 9,26%        |
| • Rentabilidade do patrimônio líquido          | 27,89%        | (7,13%)      |
| • Relação lucro operacional/patrimônio líquido | 52,88%        | (5,61%)      |
| Ativos totais - R\$                            | 2.979.951.184 | 621.744.988  |
| Lucro (prejuízo) do exercício                  | 328.430.108   | (35.217.379) |

#### 4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as empresas do Grupo SGBH além de suas sedes no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

#### 5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH e suas subsidiárias vêm operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

#### 6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019

A Administração

### BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

| Ativo                           | Nota | 2018                 | 2017               | Passivo                                     | Nota | 2018                 | 2017               |
|---------------------------------|------|----------------------|--------------------|---|------|----------------------|--------------------|
| Ativo circulante                |      |                      |                    | Passivo circulante                          |      |                      |                    |
| Caixa e equivalentes de caixa   | 6    | 521.456.390          | 38.494             | Fornecedores - terceiros                    | 10   | 18.108.427           | 57.564.286         |
| Impostos a recuperar            | 9    | 2.122.140            | 358.506            | Tributos e contribuições sociais            | 11   | 3.422.247            | 4.392.301          |
| Adiantamento de seguros         | 8    | 256.328              | 256.328            | Empréstimos e financiamentos                | 12   | 577.471.882          | -                  |
| Ativo de concessão (contratual) | 7    | 339.635.748          | -                  | Dividendos propostos                        | 15   | 3.120.086            | -                  |
| Adiantamento a fornecedores     |      | 2.696.579            | 696.124            | Outros passivos circulantes                 |      | 2.185.758            | 948.990            |
| Outros ativos circulantes       |      | 35.964               | 20.860             |   |      | <b>604.308.400</b>   | <b>62.905.577</b>  |
|                                 |      | <b>866.203.149</b>   | <b>1.370.312</b>   | Passivo não circulante                      |      |                      |                    |
| Ativo não circulante            |      |                      |                    | Outras contas a pagar - partes relacionadas | 13   | -                    | 195.192            |
| Ativo de concessão (financeiro) | 7    | -                    | 619.361.706        | Empréstimos e financiamentos                | 12   | 580.084.321          | -                  |
| Ativo de concessão (contratual) | 7    | 2.112.877.618        | -                  | Tributos diferidos                          | 14   | 618.137.879          | 57.388.329         |
| Adiantamento de seguros         | 8    | 576.737              | 833.065            |   |      | <b>1.198.222.200</b> | <b>57.583.521</b>  |
| Imobilizado                     |      | 150.065              | 93.995             | Patrimônio líquido                          |      |                      |                    |
| Intangível                      |      | 143.615              | 85.910             | Capital social                              |      | 675.001.000          | 537.001.000        |
|                                 |      | <b>2.113.748.035</b> | <b>620.374.676</b> | Reserva de retenção de lucros               |      | 308.888.517          | -                  |
| Total do ativo                  |      | <b>2.979.951.184</b> | <b>621.744.988</b> | Reserva de lucros a realizar                |      | 177.109.562          | -                  |
|                                 |      |                      |                    | Reserva legal                               |      | 16.421.505           | -                  |
|                                 |      |                      |                    | Prejuízo acumulado                          |      | -                    | (35.245.110)       |
|                                 |      |                      |                    |   | 15   | <b>1.177.420.584</b> | <b>501.255.890</b> |
|                                 |      |                      |                    | Total do passivo e patrimônio líquido       |      | <b>2.979.951.184</b> | <b>621.744.988</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

|  | Capital social     | Reserva legal     | Reserva de lucros  | Reserva especial de lucros a realizar | Lucro (prejuízo) acumulados | Total                |
|--|--------------------|-------------------|--------------------|---------------------------------------|-----------------------------|----------------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>                              | <b>20.001.000</b>  | -                 | -                  | -                                     | <b>(527.731)</b>            | <b>19.473.269</b>    |
| Aumento de capital conforme AGE de 23 de janeiro de 2017             | 60.000.000         | -                 | -                  | -                                     | -                           | 60.000.000           |
| Aumento de capital conforme AGE de 15 de maio de 2017                | 31.000.000         | -                 | -                  | -                                     | -                           | 31.000.000           |
| Aumento de capital conforme AGE de 27 de junho de 2017               | 45.000.000         | -                 | -                  | -                                     | -                           | 45.000.000           |
| Aumento de capital conforme AGE de 03 de julho de 2017               | 304.000.000        | -                 | -                  | -                                     | -                           | 304.000.000          |
| Aumento de capital conforme AGE de 12 de dezembro de 2017            | 77.000.000         | -                 | -                  | -                                     | -                           | 77.000.000           |
| Prejuízo do exercício  | -                  | -                 | -                  | -                                     | (35.217.379)                | (35.217.379)         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>                              | <b>537.001.000</b> | -                 | -                  | -                                     | <b>(35.245.110)</b>         | <b>501.255.890</b>   |
| Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018                       | -                  | -                 | -                  | -                                     | 212.854.672                 | 212.854.672          |
| Constituição da reserva especial de lucros a realizar, adoção CPC 47 | -                  | -                 | -                  | 177.109.562                           | (177.109.562)               | -                    |
| Aumento de capital conforme AGE de 10 de janeiro de 2018             | 138.000.000        | -                 | -                  | -                                     | -                           | 138.000.000          |
| Constituição de reserva legal  | -                  | 16.421.505        | -                  | -                                     | (16.421.505)                | -                    |
| Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros                  | -                  | -                 | 308.888.517        | -                                     | (308.888.517)               | -                    |
| Dividendos propostos   | -                  | -                 | -                  | -                                     | (3.120.086)                 | (3.120.086)          |
| Lucro do exercício   | -                  | -                 | -                  | -                                     | 328.430.108                 | 328.430.108          |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>                              | <b>675.001.000</b> | <b>16.421.505</b> | <b>308.888.517</b> | <b>177.109.562</b>                    | <b>-</b>                    | <b>1.177.420.584</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1. Da concessão:** Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com Receita Anual Permitida (RAP) no valor de R\$ 334.568.197,00 sem deságio frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016. A Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Mato Grosso: (i) Linha de Transmissão composta pelo terceiro circuito em 500 kV entre as subestações Paranaíba - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho, em circuito simples, com extensão aproximada de 1.005 km; (ii) Equipamentos de compensação de reativos, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; (iii) A entrada em operação da Companhia ocorrerá no mês de janeiro de 2019, conforme termos de liberação para operação comercial que será emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 18 de março de 2019. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

#### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar

da data de contratação. **3.2. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - Contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.3. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

|  | Nota | 2018               | 2017                |
|--|------|--------------------|---------------------|
| Receita operacional líquida                                | 16   | 1.360.457.815      | 486.404.249         |
| Custo da operação  | 17   | (735.324.148)      | (513.533.587)       |
| <b>Lucro/(prejuízo) bruto</b>                              |      | <b>625.133.667</b> | <b>(27.129.338)</b> |
| Despesas gerais e administrativas                          | 18   | (2.455.727)        | (1.006.209)         |
| <b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b> |      | <b>622.677.940</b> | <b>(28.135.547)</b> |
| Resultado financeiro                                       | 19   | (34.173.005)       | 551.627             |
| Receita financeira   |      | 8.218.401          | 1.013.538           |
| Despesa financeira   |      | (42.391.406)       | (461.911)           |
| <b>Resultado antes dos impostos</b>                        |      | <b>588.504.935</b> | <b>(27.583.920)</b> |
| Imposto de renda e contribuição social correntes           | 20   | (213.763)          | -                   |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos           | 20   | (259.861.064)      | (7.633.459)         |
| <b>Lucro líquido/(prejuízo) do exercício</b>               |      | <b>328.430.108</b> | <b>(35.217.379)</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

|                                       | 2018               | 2017                |
|---------------------------------------|--------------------|---------------------|
| Lucro líquido/(prejuízo) do exercício | 328.430.108        | (35.217.379)        |
| Outros resultados abrangentes         | -                  | -                   |
| Total de resultados abrangentes       | <b>328.430.108</b> | <b>(35.217.379)</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

|   | 2018               | 2017                |
|---|--------------------|---------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais              |                    |                     |
| <b>Lucro (prejuízo) do exercício antes dos impostos</b> | <b>588.504.935</b> | <b>(27.583.920)</b> |
| Itens de resultado que não afetam o caixa               |                    |                     |
| Juros do empréstimo e do financiamento                  | 28.116.219         | -                   |
| Variação monetária do financiamento                     | 73.655             | -                   |
| Amortização   | 256.328            | 256.327             |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais               |                    |                     |
| Ativo de concessão (contratual)                         | (1.620.296.989)    | (613.086.351)       |
| Impostos a recuperar                                    | (1.763.634)        | (358.506)           |
| Adiantamento a fornecedores                             | (2.696.579)        | -                   |
| Outros ativos   | 681.020            | (458.016)           |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais             |                    |                     |
| Fornecedores  | (39.455.859)       | 57.549.189          |
| Tributos e contribuições sociais                        | 299.704.668        | 53.940.204          |
| Partes relacionadas                                     | (195.192)          | 165.260             |
| Outros passivos   | 1.236.770          | 805.469             |

|  |                      |                      |
|--|----------------------|----------------------|
| <b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais</b>                       | <b>(745.834.658)</b> | <b>(528.770.344)</b> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento                                    |                      |                      |
| Aquisição de imobilizado e intangível  | (113.775)            | (162.743)            |
| <b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>                    | <b>(113.775)</b>     | <b>(162.743)</b>     |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento                                   |                      |                      |
| Aumento de capital   | 138.000.000          | 517.001.000          |
| Empréstimos e financiamentos captados  | 1.129.366.329        | -                    |
| <b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>                   | <b>1.267.366.329</b> | <b>517.001.000</b>   |
| <b>Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b> | <b>521.417.896</b>   | <b>(11.933.087)</b>  |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>                      | <b>38.494</b>        | <b>11.971.581</b>    |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>                         | <b>521.456.390</b>   | <b>38.494</b>        |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.4. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.5. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.6. Impostos: Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.7. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em

continua →



# PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47

Demonstrações  
**FINANCEIRAS 2018**

www.stategrid.com.br

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.9. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.10. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.11. Receita operacional:** A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente à reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos contratuais de concessão. Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas crescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.12. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem a finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.13. Meio ambiente:** Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo imobilizado até o final da construção e serão depreciados pelo prazo de concessão. **3.14. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.15. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

### 4. PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 4.1. Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com clientes

A Companhia adotou o CPC 47 usando método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.2 concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionada ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o contas a receber da implementação da infraestrutura até então classificado como ativo financeiro, e cujo o saldo totalizava R\$ 619.361.706 em 1º de janeiro de 2018, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 2.452.513.366. A diferença nos critérios de mensuração no montante de R\$ 212.854.672 foi contabilizada diretamente em lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários. A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

| Lucros acumulados                       | Impacto da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018 |
|---|--|
| Ativo contratual                        | (i) 375.073.904                                      |
| Impostos diferidos relacionados         | (162.219.232)  |
| <b>Impacto em 1º de janeiro de 2018</b> | <b>212.854.672</b>                                   |

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste exercício em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

|   | 2018                             | Ref.  | 2018                 | 2018                   |
|---|----------------------------------|-------|----------------------|------------------------|
|   | (Valores sem a adoção do CPC 47) |       | Ajustes              | (Conforme apresentado) |
| <b>Ativo</b>                                      |                                  |       |                      |                        |
| Ativo circulante                                  |                                  |       |                      |                        |
| Ativo de concessão (financeiro)                   | 339.635.748                      | (i)   | (339.635.748)        | -                      |
| Ativo de concessão (contratual)                   | -                                | (ii)  | 339.635.748          | 339.635.748            |
| Demais ativos circulantes não impactados          | 526.567.401                      |       | -                    | 526.567.401            |
|   | <b>866.203.149</b>               |       | -                    | <b>866.203.149</b>     |
| Ativo não circulante                              |                                  |       |                      |                        |
| Ativo de concessão (financeiro)                   | 1.191.817.105                    | (i)   | (1.191.817.105)      | -                      |
| Ativo de concessão (contratual)                   | -                                | (ii)  | 2.112.877.618        | 2.112.877.618          |
| Demais ativos não circulantes não impactados      | 870.417                          |       | -                    | 870.417                |
|   | <b>1.192.687.522</b>             |       | -                    | <b>1.192.687.522</b>   |
| <b>Total do ativo</b>                             | <b>2.058.890.671</b>             |       | <b>921.060.513</b>   | <b>2.113.748.035</b>   |
|   | <b>2018</b>                      |       | <b>2018</b>          | <b>2018</b>            |
|   | (Valores sem a adoção do CPC 47) |       | Ajustes              | (Conforme apresentado) |
| <b>Passivo</b>                                    |                                  |       |                      |                        |
| Passivo circulante                                |                                  |       |                      |                        |
| Dividendos propostos                              | -                                |       | 3.120.086            | 3.120.086              |
| - Demais passivos circulantes não impactados      | 601.188.314                      |       | -                    | 601.188.314            |
|   | <b>601.188.314</b>               |       | <b>3.120.086</b>     | <b>604.308.400</b>     |
| Passivo não circulante                            |                                  |       |                      |                        |
| Impostos diferidos                                | 219.779.208                      | (ii)  | 398.358.671          | 618.137.879            |
| Demais passivos não circulantes não impactados    | 580.084.321                      |       | -                    | 580.084.321            |
|   | <b>799.863.529</b>               |       | <b>398.358.671</b>   | <b>1.198.222.200</b>   |
| Patrimônio líquido                                |                                  |       |                      |                        |
| Retenção de lucros                                | -                                | (iii) | 308.888.517          | 308.888.517            |
| Reserva legal                                     | -                                | (iii) | 16.421.505           | 16.421.505             |
| Reserva de lucros a realizar                      | -                                | (iii) | 212.854.672          | 212.854.672            |
| Lucro (prejuízo) acumulados                       | (17.162.172)                     | (iii) | (18.582.938)         | (35.745.110)           |
| Demais itens do patrimônio líquido não impactados | 675.001.000                      |       | -                    | 675.001.000            |
|   | <b>657.838.828</b>               |       | <b>519.581.756</b>   | <b>1.177.420.584</b>   |
| <b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>   | <b>2.058.890.671</b>             |       | <b>921.060.513</b>   | <b>2.979.951.184</b>   |
|   | <b>2018</b>                      |       | <b>2018</b>          | <b>2018</b>            |
|   | (Valores sem a adoção do CPC 47) |       | Ajustes              | (Conforme apresentado) |
| <b>Receita operacional</b>                        |                                  |       |                      |                        |
| líquida   | 814.471.206                      | (i)   | (545.986.609)        | 1.360.457.815          |
| PIS e COFINS                                      | (88.165.262)                     | (ii)  | 50.503.992           | (138.669.254)          |
| Imposto de renda e contribuição social            | (74.225.617)                     | (ii)  | 185.635.447          | (259.861.064)          |
| Outros  | (633.497.389)                    |       | -                    | (633.497.389)          |
|   | <b>18.582.938</b>                |       | <b>(309.847.170)</b> | <b>328.430.108</b>     |

(i) Implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.2; (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo contratual; (iii) Efeitos dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido.

**4.2. Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A Companhia adotou a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores.

### 5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES

**5.1. Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC,** que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019: CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1). A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contêm um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2). Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia. Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

### 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

|                      | 2018               | 2017          |
|----------------------|--------------------|---------------|
| Banco                | 9.711.258          | 38.494        |
| Aplicação financeira | 511.745.132        | -             |
|                      | <b>521.456.390</b> | <b>38.494</b> |

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento. Os CDBs podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração de 97% da taxa CDI.

### 7. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

|   | 2018 | 2017               |
|---|------|--------------------|
| <b>7.1. Ativo de concessão (financeiro)</b> |      |                    |
| Circulante                                  | -    | -                  |
| Não circulante                              | -    | 619.361.706        |
|   | -    | <b>619.361.706</b> |

**Saldo em 31 de janeiro de 2017**  
Adoção inicial CPC 47 (transferência para ativo contratual) (i) (619.361.706)

**Saldo em 01 de janeiro de 2018**  
(i) Os saldos referentes aos ativos financeiros da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2018, passaram a ser reconhecidos no balanço como ativo de concessão contratual, conforme detalhado na nota 7.2.

**7.2. Ativo de concessão (contratual):** Segue composição do ativo de concessão contratual: A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:  
Adoção inicial CPC 47 (transferência do ativo financeiro) 619.361.706  
Adoção inicial CPC 47 (impacto nos impostos diferidos relacionados) 162.219.232  
Adoção inicial CPC 47 (impacto no patrimônio líquido) 212.854.672  
Saldo em 01 de janeiro de 2018 994.435.610  
Realização e remuneração do ativo contratual 1.458.077.756  
Saldo em 31 de dezembro de 2018 2.452.513.366  
Circulante 339.635.748  
Não circulante 2.112.877.618  
Conforme mencionado na nota explicativa 3.2, a Companhia adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. O impacto da adoção inicial resultou no registro de R\$ 212.854.672 com aumento no ativo contratual em contrapartida ao patrimônio líquido. A Companhia não identificou necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo contratual em 31 de dezembro de 2018.

### 8. ADIANTAMENTO DE SEGUROS

|                | 2018           | 2017             |
|----------------|----------------|------------------|
| Circulante     | 256.328        | 256.328          |
| Não circulante | 576.737        | 833.065          |
|                | <b>833.065</b> | <b>1.089.393</b> |

Saldo refere-se ao seguro de garantia contratado junto à Pan Seguros S.A., amortizado de acordo com a vigência da apólice, desde 23 de junho de 2016 e vencimento em 24 de março de 2022. Este contrato de seguro garante a indenização até o valor fixado na apólice de R\$160.109.400 pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato de concessão, oriundo do Edital de Leilão nº 013/2015 - ANEEL - Processo nº 48500.000333/2015-19, exclusivamente no que se refere à construção das instalações de transmissão do sistema interligado nacional - LOTE C.

### 9. IMPOSTOS A RECUPERAR

|  | 2018             | 2017           |
|--|------------------|----------------|
| Imposto de Renda (IR)  | 1.821.462        | 161.257        |
| Imposto Nacional do Seguro Social (INSS)                               | 208.834          | 197.249        |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) | 83.638           | -              |
| Outros   | 8.206            | -              |
|  | <b>2.122.140</b> | <b>358.506</b> |

### 10. FORNECEDORES

|  | 2018              | 2017              |
|--|-------------------|-------------------|
| Fornecedores relacionados à construção | 16.868.786        | 56.982.751        |
| Gastos ambientais e fundiários         | 1.099.971         | 530.136           |
| Prestadores de serviços                | 134.318           | 47.939            |
| Outros                                 | 5.352             | 3.460             |
|  | <b>18.108.427</b> | <b>57.564.286</b> |

### 11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

|                  | 2018             | 2017             |
|------------------|------------------|------------------|
| INSS terceiros   | 1.343.277        | 1.996.535        |
| ISS terceiros    | 2.207.493        | 1.870.214        |
| IR               | 125.863          | 150.824          |
| IRRF - empregado | 192.565          | 113.153          |
| CSLL             | 160.656          | 104.623          |
| INSS - empregado | 147.425          | 113.174          |
| FGTs             | 72.986           | 38.920           |
| Outros           | 41.982           | 4.858            |
|                  | <b>3.422.247</b> | <b>4.392.301</b> |

### 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) **Total da dívida**

| Descrição      | Início  | Venci-mento | Garantidor | Encargos     | 2018                 | 2017 |
|----------------|---------|-------------|------------|--------------|----------------------|------|
| BNDÉS          | 12/2018 | 01/2033     | SGBH       | TJLP + 1,93% | 580.084.321          | -    |
| Debênture      |         |             |            |              |                      |      |
| SGBH           | 03/2018 | 03/2019     | N/A        | 108% CDI     | 577.471.882          | -    |
|                |         |             |            |              | <b>1.157.556.203</b> | -    |
| Circulante     |         |             |            |              | 577.471.882          | -    |
| Não circulante |         |             |            |              | 580.084.321          | -    |
|                |         |             |            |              | <b>1.157.556.203</b> | -    |

**Debênture SGBH:** Em 28 de fevereiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº 468 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis, da Espécie Quirografária, em Duas Fases entre a Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. e a State Grid Brazil Holding - SGBH no valor de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sendo a primeira série no valor de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e a segunda de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento. Sobre o montante, incidirão juros equivalentes a 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgados pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados pro-rata-dié com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano. O saldo devedor, devidamente acrescido da remuneração (conforme definido acima), deverá ser parcialmente quitado com recursos provenientes do primeiro desembolso do contrato de financiamento junto ao BNDÉS, estando pré-autorizada pelo banco a manutenção de um saldo devedor de até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) a ser quitado em até 10 (dez) dias úteis após 30 de junho de 2019. Em 31 de dezembro de 2018 a totalidade do montante aprovado no contrato de mútuo já havia sido integralizada. **BNDÉS:** Em 16 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDÉS, nesse contrato foi liberado um limite no montante de R\$ 922.672.768,00 (novecentos e vinte e dois milhões seiscentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta e oito reais) destinado à aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção da linha de transmissão, até 31 de dezembro de 2018 havia sido liberado o montante de R\$ 580.083.321 (quinhentos e oitenta milhões, oitenta e três mil e trezentos e vinte e um reais) sobre os quais incidirão juros de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2020 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2034. **Garantias:** • Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. **Covenants:** A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,2 (um vírgula dois) vezes a partir do exercício de 2020. O Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito 18.2.0425.1 estabelece a obrigação de dobrar a conta reserva de 3 (três) para 6 (seis) vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço de dívida, caso o ICSD mínimo de 1,2 não seja atingido no exercício anterior.

### 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

|   | 2018 | 2017           |
|---|------|----------------|
| Outras contas a pagar - partes relacionadas |      |                |
| SGBH (a)                                    | -    | 2.771          |
| CNTE (b)                                    | -    | 192.421        |
|   | -    | <b>195.192</b> |

(a) Refere-se a impostos pagos pela SGBH;  
(b) Refere-se a uma prestação de serviço paga pela CNTE.



# PARANAÍBA RIBEIRÃOZINHO

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47

### Demonstrações FINANCEIRAS 2018

www.stategrid.com.br

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

#### 14. TRIBUTOS DIFERIDOS

|                              | 2018               | 2017              |
|------------------------------|--------------------|-------------------|
| Imposto de renda diferido    | 290.482.473        | 5.639.685         |
| Contribuição social diferida | 104.573.690        | 2.030.287         |
| PIS diferido                 | 39.792.955         | 8.868.680         |
| COFINS diferida              | 183.288.761        | 40.849.677        |
|                              | <b>618.137.879</b> | <b>57.388.329</b> |

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

#### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 27 de abril de 2016 foi aprovada a constituição da Companhia através da Ata de Assembleia Geral de Constituição, com a emissão de 1.000 ações ordinárias no valor de R\$1 cada, totalizando R\$1.000. Em 26 de setembro de 2016 houve aumento de capital em R\$20.000.000, mediante a emissão de 20.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 23 de janeiro de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$60.000.000, mediante a emissão de 60.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 15 de maio de 2017 houve aumento de capital em R\$31.000.000, mediante a emissão de 31.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 27 de junho de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$45.000.000, mediante a emissão de 45.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 3 de julho de 2017 houve aumento de capital em R\$304.000.000, mediante a emissão de 304.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 12 de dezembro de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$77.000.000, mediante a emissão de 77.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 10 de janeiro de 2018 houve aumento de capital em R\$138.000.000, mediante a emissão de 138.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$675.001.000, dividido em 675.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

|                                     | 2018 e 2017 |
|-------------------------------------|-------------|
| SGBH                                | 99,99%      |
| International Grid Holdings Limited | 0,01%       |
|                                     | <b>100%</b> |

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. c) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

|  | 2018             |
|--|------------------|
| Lucro líquido/(prejuízo) do exercício    | 328.430.108      |
| Reserva legal (5%)                       | (16.421.505)     |
| Base de cálculo para os dividendos       | 312.008.603      |
| <b>Dividendo mínimo obrigatório (1%)</b> | <b>3.120.086</b> |

#### 16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

|                                     | 2018                 | 2017               |
|-------------------------------------|----------------------|--------------------|
| Receita operacional bruta           | 1.499.127.069        | 535.982.902        |
| Remuneração dos ativos de concessão | 232.001.682          | 22.449.315         |
| Receita de construção               | 1.267.125.387        | 513.533.587        |
| Deduções da receita operacional     | (138.669.254)        | (49.578.653)       |
| PIS diferido                        | (24.735.597)         | (8.843.760)        |
| COFINS diferida                     | (113.933.657)        | (40.734.893)       |
|                                     | <b>1.360.457.815</b> | <b>486.404.249</b> |

#### 17. CUSTO DA OPERAÇÃO

|                     | 2018                 | 2017                 |
|---------------------|----------------------|----------------------|
| Pessoal             | (361.867)            | -                    |
| Materiais           | (132.461)            | -                    |
| Custo de construção | (734.829.820)        | (513.533.587)        |
|                     | <b>(735.324.148)</b> | <b>(513.533.587)</b> |

#### 18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

|                                     | 2018               | 2017               |
|-------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Serviços de terceiros               | (1.263.800)        | (460.209)          |
| Doações, contribuições e subvenções | (451.579)          | -                  |
| Pessoal                             | (152.748)          | (133.348)          |
| Arrendamentos e aluguéis            | (125.726)          | (191.833)          |
| Encargos e benefícios               | (76.710)           | (58.954)           |
| Telecomunicação                     | (61.481)           | (56.938)           |
| Tributos                            | (50.305)           | (11.100)           |
| Viagens                             | (41.257)           | (2.423)            |
| Materiais                           | (16.929)           | (38.663)           |
| Outros                              | (215.192)          | (52.741)           |
|                                     | <b>(2.455.727)</b> | <b>(1.006.209)</b> |

#### 19. RESULTADO FINANCEIRO

|                                   | 2018                | 2017             |
|-----------------------------------|---------------------|------------------|
| Receitas financeiras              |                     |                  |
| Receita de aplicações financeiras | 7.957.539           | 1.006.196        |
| Descontos obtidos                 | 253.528             | -                |
| Juros SELIC                       | 7.334               | 7.342            |
|                                   | <b>8.218.401</b>    | <b>1.013.538</b> |
| Despesas financeiras              |                     |                  |
| Juros sobre debêntures            | (27.471.882)        | -                |
| Juros BNDES                       | (644.337)           | -                |
| IOF, taxas e comissões            | (13.779.966)        | (296.302)        |
| Outros                            | (495.221)           | (165.609)        |
|                                   | <b>(42.391.406)</b> | <b>(461.911)</b> |
|                                   | <b>(34.173.005)</b> | <b>551.627</b>   |

#### 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

|   | 2018               | 2017             |
|---|--------------------|------------------|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 588.504.936        | (27.583.920)     |
| Alíquota nominal (34%)                                | 200.091.678        | (9.378.533)      |
| Adições permanentes:                                  | 210.647            | 56.342           |
| Resultado do período                                  | 11.488.736         | (218.375)        |
| Diferenças temporárias (sem constituição de diferido) | (132.910.490)      | 17.173.333       |
| Outros (IRPJ/CSLL correntes e margem)                 | 181.194.256        | 691              |
| Alíquota efetiva                                      | 260.074.827        | 7.633.458        |
| Despesa IRPJ  | 149.015            | -                |
| Despesa CSLL  | 64.748             | -                |
| IRPJ diferido   | 191.074.312        | 5.612.837        |
| CSLL diferida   | 68.786.752         | 2.020.622        |
| <b>Total</b>  | <b>260.074.827</b> | <b>7.633.459</b> |

#### 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

#### DIRETORIA

**Xi Zongyue**  
Diretor Presidente

**Francisco Carlos Diniz**  
Diretor Técnico

**Ana Cláudia Alves da Costa**  
Diretora Financeira

**Paulo Medeiros dos Santos**  
Contador - CRC RJ - 107797/O-3

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Aconitistas e Diretores da

**Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase - Adoção ao CPC 47 - Receita de contrato com cliente

Chamamos a atenção para a nota 4.1 às demonstrações financeiras, que descreve os impactos relacionados à adoção do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, sendo os principais efeitos o reconhecimento de um ativo de contrato (anteriormente classificado como ativo financeiro) no montante de R\$2.452.513.366 mil e ajuste aos lucros acumulados no montante de R\$212.854.672 mil. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota 3.2 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ativo contratual da Companhia é de R\$2.452.513.366 mil.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo.

Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos-chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas

#### 21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

| Ativos mensurados por valor justo por meio de resultado | Nota | 2018        | 2017   |
|---|------|-------------|--------|
| Caixa e equivalentes de caixa                           | 6    | 521.456.390 | 38.494 |

| Ativos mensurados pelo custo amortizado | Nota | 2018 | 2017        |
|---|------|------|-------------|
| Ativo de concessão (financeiro)         | 7.1  | -    | 619.361.706 |

| Passivos mensurados pelo custo amortizado | Nota | 2018          | 2017       |
|---|------|---------------|------------|
| Fornecedores terceiros                    | 10   | 18.108.427    | 57.564.288 |
| Empréstimos e financiamentos              | 12   | 1.157.556.203 | -          |

**21.2. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) **Riscos cambiais:** A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. c) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

#### 22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável ou possível, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

#### 23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

#### 24. EVENTOS SUBSEQUENTES

**Debêntures:** Em 09 de janeiro de 2019 a Companhia amortizou com a debenturista State Grid Brazil Holding S.A. parte do valor das debêntures emitidas, acrescido dos juros remuneratórios no valor total de R\$ 332.639.590,86 (trezentos e trinta e dois milhões seiscentos e trinta e nove mil quinhentos e noventa reais e oitenta e seis centavos), sendo R\$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais) de valor principal e R\$ 17.639.590,86 (dezessete milhões seiscentos e trinta e nove mil quinhentos e noventa reais e oitenta e seis centavos) de juros remuneratórios. **Entrada em Operação:** Em 18 de janeiro de 2019 foi emitido pela ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para operação integrada à Rede Básica do SIN, declarando que todos os requisitos dos procedimentos de Rede referentes às instalações da Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. foram atendidos, estando a Companhia apta, e sem pendências, para iniciar a Operação Comercial Definitiva no Sistema Interligado Nacional (SIN) a partir de 13 de janeiro de 2019, o que efetivamente ocorreu nesta data.

não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.

CRC-25P015199/O-6

**Gláucio Dutra da Silva**

Contador CRC-1R090174/O-4

